

## **A importância do ensino da Língua Brasileira De Sinais - (LIBRAS) para educação infantil e formação dos professores das séries iniciais**

## **The importance of teaching the Brazilian Sign Language - (LIBRAS) for early childhood education and training of teachers of the initial grades**

DOI:10.34117/bjdv7n1-384

Recebimento dos originais: 05/12/2020

Aceitação para publicação: 14/01/2021

**Luciene Ferreira Azevedo**

Graduando em Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Integrada de Araguatins - FAIARA, 2020

E-mail: lucieneferreiraazevedo@gmail.com

**Rosy Mikaely Gomes Alencar**

Especialista em Docência do Ensino Superior e tutoria EAD pela Faculdade Metropolitana Vale do Aço (FAMEV)

E-mail: rosymikaely20300@gmail.com

### **RESUMO**

O presente estudo refere-se a importância da língua brasileira de sinais na educação infantil e a formação dos professores das séries iniciais, com o intuito de demonstrar as contribuições da libras para a comunidade surda. A inclusão é de extrema importância, porém exige mudanças e novos recursos para que de fato isso se torne uma realidade, aceitar essas pessoas como elas são e respeitar cada uma, já é uma forma de incluí-los. Esse trabalho traz algumas discussões acerca do bilinguismo, pois o mesmo defende que é essencial a criança surda aprender a língua de sinais primeiro, visto que essa é a língua natural delas e em seguida aprender a língua portuguesa. Baseia-se em pesquisa bibliográfica e tem como base metodológica o método dedutivo com abordagem qualitativa. A história do povo surdo no Brasil e no mundo é muito triste, marcada pelo preconceito e atos de crueldade, durante muito tempo foram vistos como incapazes e ineducáveis e eram obrigados a usar a língua oficial do seu país, ou seja, a oralidade, porém com o passar dos anos essa realidade foi se transformando e hoje elas têm a língua brasileira de sinais e através da sua conquista, podem se comunicar com surdos e ouvintes que fazem uso dela. A partir disso percebe-se que a sociedade não valoriza uma classe minoritária e com isso vem a desigualdade e o preconceito, desta forma, defende-se uma inclusão de qualidade onde todos tenham educação de qualidade e com direito de aprendizagem iguais.

**Palavras-chave:** LIBRAS, Bilinguismo, Inclusão, Formação Docente.

### **ABSTRACT**

This study refers to the importance of the Brazilian sign language in early childhood education and the training of early grades teachers in order to demonstrate the contributions of the pound to the deaf community. The inclusion is of extreme importance, but requires changes and new resources to make it a reality, accept these people as they are and respect each one, is already a way to include them. This work

brings some discussions about bilingualism, because it argues that it is essential for deaf children to learn sign language first, since this is their natural language and then learn the Portuguese language. It is based on bibliographic research and has as methodological basis the deductive method with qualitative approach. The history of deaf people in Brazil and in the world is very sad, marked by prejudice and acts of cruelty, for a long time they were seen as incapable and uneducated and were forced to use the official language of their country, orality, but over the years this reality has been transformed and today they have the Brazilian sign language and through their conquest, they can communicate with deaf and listeners who make use of it. From this it is perceived that society does not value a minority class and with this comes inequality and prejudice, thus advocating a quality inclusion where all have quality education and the right to equal learning.

**Keywords:** LIBRAS, Bilingualism, Inclusion, Teacher Training.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discorre sobre a importância da língua brasileira de sinais para a educação infantil e para a formação dos professores das séries iniciais A Libras é o meio de comunicação legal da comunidade surda (BRASIL, 2002) é através dela que o surdo se comunica com os ouvintes, por isso, enfatiza-se a importância de se aprender essa língua desde a educação infantil.

A mesma é de grande relevância para inclusão social e para o desenvolvimento social e emocional das pessoas surdas, essa inclusão só acontecerá de forma eficaz se existir profissionais capacitados para trabalhar de forma que todos os alunos sejam vistos dentro da sala de aula de maneira igual, onde incluir o ensinar seja o principal objetivo do professor. Com isso, esse trabalho demonstra que é primordial a formação do docente voltada para atender todos, ou seja, para aqueles que possuem alguma necessidade especial ou não nas séries iniciais (MENDES, 2015).

A partir do exposto, levantou-se o seguinte problema: qual a importância do ensino da língua brasileira de sinais - LIBRAS: para a educação infantil e a formação dos professores das séries iniciais? A partir dele apresenta-se as hipóteses, fazer com que os alunos surdos e ouvintes conheçam sobre ela, tornar possível a inclusão desde o primeiro contato com a escola, agregar todos os alunos ao bilinguismo para fomentar uma melhor comunicação. Destaca-se como objetivo geral deste estudo, demonstrar a importância do ensino da língua brasileira de sinais na educação infantil. Com isso possui -se três objetivos específicos que são: pesquisar a origem da língua brasileira de sinais, analisar o ensino e o estudo da Libras na educação infantil e a formação dos professores das séries iniciais, identificar a identidade surda como uma cultura e não como uma deficiência.

A ideia de falar sobre esse tema surgiu a partir das aulas da disciplina de Libras, ministrada por um professor da instituição, na ocasião percebeu-se que grande parte dos acadêmicos sequer conheciam essa língua, a partir daí discutiu-se a ideia da importância da disciplina ser trabalhada desde a educação infantil já que é o segundo idioma oficial do Brasil. Conhecer a língua de sinais é fundamental para todos e principalmente para os profissionais que atuam em sala de aula e precisam atender a todos e proporcionar o conhecimento de forma que todos venham aprender. Apesar da inclusão dos surdos ser um direito assegurado por lei, ainda hoje é nítido vestígios da exclusão, preconceito e desigualdade na sociedade atual (SANTOS, 2019).

Dessa forma o artigo tem como base, o método dedutivo com abordagem qualitativa, para tanto é necessário respaldo em documentação indireta através da pesquisa bibliográfica. Foi feita uma pesquisa embasada em artigos, livros, documentos oficiais que discutem a temática e autores como Culau (2015), Franzol (2016), Lima (2015), Sanos (2013), Silva e Silva (2019) e Katalai (2012).

O artigo está dividido em seis segmentos, o primeiro é sobre a história da educação dos surdos no Brasil, o segundo sobre o Bilinguismo: um olhar voltado para a comunidade surda, o terceiro sobre legislação: direito à comunicação e ao atendimento educacional especializado, o quarto refere-se a Libras no ensino regular, o quinto sobre a formação dos professores da educação infantil e o sexto sobre a escola bilíngue para a educação de surdos nas séries iniciais.

## **2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL**

A história da educação de surdos é sofrida, essa situação causou fortes impactos na vida dessas pessoas, mas a comunidade tem evoluído constantemente seu espaço. Um marco histórico para os que nasceram no Brasil foi a primeira escola para crianças surdas, criada no ano de 1857 na cidade do Rio de Janeiro, denominada Instituto Surdos-Mudos, hoje chama-se INES - instituto nacional da educação de surdos. Outra conquista marcante para eles foi a FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, fundada em 1984 ela representou papel importante nas discussões relacionada a essa educação, com isso, esses ambientes instigaram os avanços acerca da cultura e identidade desse grupo, além de impulsionar o relacionamento da própria comunidade e sua institucionalização no Brasil (ALMEIDA Apud FRANZOL, 2016).

Mesmo com esses ambientes disponíveis ainda há injustiças, pois nem todos têm a mesma condição financeira para se deslocar para essas cidades que promovem esses

locais, porém a vantagem sobre esses espaços é que a cultura surda passou a ser reconhecida e o mesmo iniciou a conquista do seu espaço, não somente nas escolas, mas em toda sociedade. Segundo Santos (2013, p. 10) "para os romanos os surdos não eram considerados seres humanos, pois os entendiam como seres incompetentes, não eram ensinados porque não podiam aprender", lamentável o percurso histórico deles, onde muitos surdos ao nascer eram mortos, jogados de penhascos, pois a linguagem era vista como condição para ouvinte, eram considerados como ineducáveis, já que não ouviam e não falavam não tinham capacidade de adquirir conhecimentos.

Em relação a situação atual da pessoa com surdez é bem diferente do que já passaram, pois já conquistaram mais espaço na sociedade do que antigamente, podem ser incluídos nas escolas, em faculdades, podem trabalhar (BRASIL 2005), apesar de todo direito ainda não serem cumpridas como está prevista em lei é necessário melhorias para que assim o surdo possa se sentir confortável e importante no contexto escolar. Segundo Almeida, 2014 apud Franzol (2016, p. 23) "atitudes como a escolha adequada de atividades e de materiais, o melhor local na sala para assentar-se, ter com este a mesma postura que tem com os demais alunos no sentido de disciplinar e orientar, sem ignorá-lo ou superprotege-lo". O docente precisa sempre refletir sobre seu comportamento para com o aluno surdo e está sempre atento para não deixar que o mesmo se sinta inferior aos outros colegas, além ser capacitado para trabalhar em salas inclusivas e precisam estar consciente de respeitar as diferenças.

Um grande marco sobre os relatos da comunidade surda é o oralismo, que começou a ser exposto no ano de 1750, por Samuel Heinrich na Alemanha. Esse foi o método consagrado e que deveria permanecer na educação dos surdos na década de 1880, é nesse período que acontece o congresso de Milão, aqui decidiram que a forma mais apropriada de ensiná-los era pelo método oral, pois se usassem os sinais eles nunca iria desenvolver a fala. Essa corrente filosófica favorecia especificamente o ensino da língua oral como exemplo para integração da criança com surdez a comunidade ouvinte (SILVA, 2013).

Segundo Lopes Apud Silva (2013, p. 59):

O oralismo é uma das concepções que mais contribuíram para o fracasso da educação de surdos e do projeto de incluí-los na sociedade ouvinte. Devido ao limite da comunicação pela impossibilidade de conseguir apropriar-se da língua portuguesa, os sujeitos surdos foram vistos como incapazes e considerados pessoas que, devido a surdez, apresentam déficit cognitivo e dificuldades de socialização.

O foco principal do método oralista é praticar a fala dos surdos visto que para os defensores desta metodologia, a linguagem era tido como primordial para a destemidez e desenvolvimento integral e social das crianças surdas. (KATALAI, 2012). Em seguida, surgiu a comunicação total, onde a fala (oral) e os gestos (sinais) eram utilizados tudo ao mesmo tempo, essa corrente prega a liberdade no aprendizado de qualquer método permitindo assim a liberação da comunicação, seja por meios isolados ou pela concordância entre eles.

A mesma propõe uma forma diferente de enxergar o surdo, como pessoa diferente e não deficiente, sua finalidade principal não é somente o uso de uma linguagem, o ele pode fazer o uso da datilologia (alfabeto manual como empréstimo semântico) que é o português sinalizado, mas para a pessoa surda entender ele precisava conhecer as palavras para então decodificar, ele precisa ser alfabetizado na língua que é falada no país em que reside (SANTOS, 2013).

Para Golfeld apud Silva (2013, p. 38) diz que essa filosofia utiliza-se de todas as maneiras de comunicações possíveis no processo de aprendizagem dos surdos, até mesmo a aprendizagem da oralidade, "[...]mas acredita que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser deixados de lado em prol do aprendizado exclusivo da língua oral".

Visto que essa metodologia não resolveu de forma eficiente as necessidades dos surdos no Brasil e que independentemente de fazerem o uso de diversas maneiras para se comunicar, ainda existia uma enorme problema com relação a escrita desse indivíduo e a desorganização na forma de se comunicar, porque nem todos os conectivos que são utilizados pelos ouvintes são usados pela comunidade surda, pois por não ouvirem tinham dificuldade de memorizar algumas palavras, a partir de então houve a necessidade da criação de um novo método (NUNES, 2018).

E foi assim que surgiu o método que é usado até hoje, com o objetivo de transmitir a tradução do contexto da frase e não apenas das palavras isoladamente, para atender o requerimento da comunidade surda surgiu a corrente filosófica chamada bilinguismo, que apoia-se no ensinamento da língua de sinais em conjunto com o ensino da língua portuguesa na modalidade escrita. O bilinguismo no Brasil tem sido utilizado por diversas instituições, visto que para o aluno surdo é essencial o aprendizado da LIBRAS como meio de comunicação principal e a língua portuguesa, como língua secundária (NUNES, 2018).

Assim, Santos (2013, p. 35) defende que "O pressuposto básico da filosofia bilíngue é o aprendizado da língua materna e natural (de sinais) e como segunda língua a

oficial de seu país [...] Um diferencial profundo nesta concepção é a aceitação a surdez". Nesse cenário nota-se que os surdos formam uma comunidade, com identidade próprias, língua e cultura, essa concepção não enxerga o ele como incapaz ou deficiente, mas aceita suas peculiaridades e especificidades, portanto, "No processo educativo o bilinguismo trabalha com base nas duas línguas diferentes [...] respeitando a autonomia e as diferenças entre elas, elaborando uma pedagogia que não afete a experiência sociolinguística da criança" Rosa (2013, p.19).

### **3 BILINGUISMO: UM OLHAR VOLTADO PARA COMUNIDADE SURDA**

Ser bilíngue significa ser fluente em duas ou mais línguas diferentes, teoricamente pode-se adquirir qualquer língua de vários lugares e em inúmeras situações, como por exemplo, em casa com a família, amigos, ou até mesmo indo morar em outro país ou por instituições que ensinam.

O autor Benchimol (2011, p. 09) retrata que:

A aquisição de uma segunda língua possibilita uma comunicação entre culturas diferentes gerando com isso oportunidades, como por exemplo abrindo portas para o estudo e trabalho em outros países ou até mesmo em seu país materno em empregos que requeiram competência em outra língua.

Então, a partir dessa afirmação pode-se ter a certeza de que quem adquirir mais de uma tem maior benefício e novas oportunidades. No entanto, foi a partir do século XX que o termo bilinguismo passou a se tornar cada vez mais amplo, é definido de forma simples, pois para se enquadrar nesse contexto alguém precisa ser capaz de falar pelo menos duas línguas diferentes. Na visão popular ser bilíngue é ter a capacidade de utilizar duas línguas sendo essas, perfeitamente, isto é, entender, falar e escrever (BENCHIMOL, 2011).

Qualquer pessoa pode se tornar bilíngue em qualquer fase da vida, sociedade e em todas as partes do mundo, pois a aquisição acontece desde a migração, trabalho ou educação, pode acontecer da pessoa aprender a falar e não saber escrever corretamente as referidas palavras, apesar disto ela pode ser considerada bilíngue por conseguir se comunicar em um segundo idioma (JUNQUEIRA, 2016).

De forma similar (BARKER E PRYS LIWEI, 2015 apud KLEIN ,2011) argumentam que o termo bilíngue basicamente pode definir vários indivíduos que possuem duas línguas, porém deve-se conter, entre estes, sujeitos de diversos graus de proficiência, que algumas vezes usam três, quatro ou mais línguas.

Para tanto, é necessário que na educação infantil haja propostas pedagógicas que se dispõe a prestar o ensino bilíngue, pois este possibilita o aprendizado de um segundo idioma e conseqüentemente a oralidade e o intelecto da criança é desenvolvida de maneira mais satisfatória.

Sendo assim, vale considerar o conceito de bilinguismo como "um comportamento linguístico psicológico e sociocultural complexo e com aspectos multidimensionais" Butler e Hakuta apud Paes (2013, p. 04 e 05), estes mesmos autores definem pessoas bilíngues como:

[...]Indivíduos ou grupos de pessoas de proficiência, nas formas oral e escrita, com o propósito de interagir com falantes de uma ou mais línguas em uma determinada sociedade. Do mesmo modo o bilinguismo pode ser definido como o estado psicológico e social de indivíduos ou grupos de pessoas que resulta das interações via (linguagem) no qual dois ou mais códigos linguísticos (incluindo dialetos) são utilizados para a comunicação.

Observa-se dessa maneira que uma pessoa para ser considerada bilíngue é favorável que a mesma consiga apresentar habilidades, como a comunicação, por exemplo que facilite a ela interação através da linguagem, por isso, a aprendizagem de um segundo idioma na educação infantil pode contribuir para a familiarização da criança não apenas com L2 (segunda língua), mas também com a cultura de outro país sem prejudicá-la na aquisição de conteúdo em sua primeira língua (HOEXTER, 2017).

A aquisição de um segundo idioma pode acontecer através de vivências, como por contato social com falantes de um outro idioma, pois aprender é como um processo de interação entre o meio e o ambiente, as estruturas mentais e as experiências vivenciadas pelo indivíduo, adicionalmente o intuito do ensino bilíngue é a formação de seres capazes de interagir com pessoas de culturas, com modos de pensar e agir diferentes que possam oportunizar e ampliar novos horizontes e assim contribuir para a formação de sujeitos autônomos (HOEXTER, 2017).

#### **4 LEGISLAÇÃO: DIREITO A COMUNICAÇÃO E AO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

A legislação a que se refere a inclusão de pessoas surdas está muito bem organizada, porém quando se fala em prática sabe-se que muitas coisas ficam a desejar pois a verdadeira inclusão para todos na prática não acontece como se é almejado. A escola não pode somente acolher esses alunos, mas fazer com que permaneçam no sistema escolar e se desenvolvam de forma igual.

Os autores Almeida e Fonseca (2019, p. 5) dizem que " para lidar com a diversidade é preciso uma transformação radical nas formas de avaliação nas estruturas físicas dos estabelecimentos de ensino, nas matrizes curriculares, mas principalmente nas atitudes".

Os autores Novais apud Mendonça (2018, p.10) afirmam que:

Embora a legislação vigente tenha por objetivo garantir os direitos dos surdos como cidadãos, assegurando-lhes o acesso à educação viável, na atualidade os vestígios históricos de preconceito na sociedade no processo de ensino e aprendizagem dos surdos ainda existe. Percebe-se que os surdos são avaliados pelos ouvintes como deficientes, que necessitam de tratamento clínico para pertencer a sociedade ou parâmetro da normalidade

Dessa forma, no que diz respeito a educação para eles as escolas têm deixado lacunas em alguns aspectos, a interação do surdo por exemplo, é muito difícil, já que os ouvintes não dominam a Libras, dessa forma indiretamente o aluno surdo acaba sendo excluído do processo de socialização, infelizmente isso não contribui para o futuro destes (NUNES, 2018).

Mas, há uma ressalta que a pessoa surda tem direito à educação conforme está escrito no artigo 7º da Lei 13.146/2015:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência assegurado no sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características e interesses e necessidades de aprendizagem (p. 8).

A comunidade surda tem seus direitos assegurados pela lei, porém a realidade é outra e muitas escolas não têm sequer o profissional intérprete para facilitar a aprendizagem do aluno surdo em sala de aula e nem para interagir com as outras pessoas que frequentam a mesma instituição," a Inclusão de surdos na rede regular de ensino deve assumir como propósito conduzir a criança surda em condições sociais de vincular-se aos ouvintes, mas também de preservar sua dignidade" Castro (2013, p.16), ou seja, para que isso ocorra é necessário profissionais habilitados tanto para ensinar como para mediar a comunicação.

Com tudo, aprendizagem da língua de sinais deve ser classificada como um rico conhecimento para os surdos e para ouvintes, uma vez que a mesma facilita o acesso a comunicação entre ambos, até mesmo a família tem um importante papel em ajudar a criança e estimular seu aprendizado (SOUSA, 2015), porque ela tem " um sistema



linguístico de transmissão de ideias e fatos oriundos de comunidades de pessoas com deficiência auditiva do Brasil, na qual há uma forma de comunicação e expressão de natureza visual-motora com estrutura gramatical própria" Castro (2013, p.18).

Sabe-se que a comunicação é essencial para a vida humana e a língua é que permite que a interação aconteça entre um indivíduo e outro, através dela é que podemos transmitir ideias e sentimentos, dessa maneira cada grupo desenvolve a sua conforme suas necessidades (ALMEIDA e FONSECA, 2019).

Atualmente existe a Lei nº 10.436/02 oficialmente reconhecida como a lei de Libras e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05 que fazem com que ela garanta que alunos surdos tenham acesso regular à escola e que possam aprender esse idioma no contra turno, pois o foco é que os mesmos possam se expressar pela língua de sinais (BRASIL).

A criança com alguma limitação requer dos profissionais da educação, um olhar diferenciado e compreensivo, com relação às atividades e a convivência social, pois sabe-se que cada tipo de pessoa tem particularidades e singularidades, porém, isso não significa que elas não tenham capacidade de adquirir conhecimento, podem aprender e também ensinar.

Beldarque apud Nunes e Negocio (2015, p.161) retrata que:

A necessidade de quebra de Barreiras para um trabalho colaborativo é primordial, pode ajudar a quebra de estigma. A professora de sala regular não entende a inclusão escolar e sua dificuldade de acolher o aluno é evidente, marca da descrença e reflexo de uma cultura de que a escola não é para ele.

Então o professor da sala regular precisa entender o quão importante é trabalhar de forma coletiva para incluir esse aluno, pois assim ela poderá trabalhar em parceria com a sala de recurso que oferece o Atendimento Educacional Especializado, pois o AEE vem com o objetivo de apoiar, complementar as funções educacionais comuns, entre os trabalhos curriculares específicos que são realizados nesse espaço, dentre eles está o ensino da língua de sinais (LIMA e SANTOS, 2014).

As salas de recurso para crianças surdas, ou com deficiência, são ambientes educacionais reservados a execução da suplementação curricular que acontece no contra turno da classe comum. A finalidade destas organizações é criar condições para o acesso a níveis mais altos de aprendizagem, respeitando as limitações de cada indivíduo, um exemplo são os surdos que possui comunicação diferente, pois sua língua materna é a Libras (LIMA e SANTOS, 2014).

Sabe-se que o atendimento educacional especializado é direito daqueles que precisam, pois enfrentam barreiras em relação a comunicação que pode assim atrapalhar o ensino aprendizagem da criança. Dessa forma muitas necessitam deste atendimento, uma vez que o profissional tem a finalidade de ajudar o indivíduo com especificidades, para assim promover o seu desenvolvimento intelectual (SOUZA e GALVARRO, 2015)

Com base nisso, Lima (2016, p.6) diz que:

O AEE é um atendimento especializado, que ajuda, identifica e organiza recursos pedagógicos e, esse tipo de atendimento de maneira nenhuma pode ser caracterizado como um reforço escolar. É uma área do conhecimento onde envolve a interdisciplinaridade que envolve recursos, metodologias e práticas pedagógicas possibilitando a inclusão social de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e super dotação.

Ademais, o professor da sala de recursos deve incluir novas práticas sempre inovadoras e o planejamento deve ocorrer juntamente ao profissional da sala regular com o objetivo de incluir todos os alunos e até mesmo a família, pois a escola precisa ter uma boa relação com a pessoas mais próximas dos alunos, para favorecer o diálogo e pontos de vistas sobre uma educação de qualidade para esse público alvo (LIMA, 2016), ou seja, existe uma garantia sobre “ o direito dessa criança de frequentar a educação infantil com oferecimento dos serviços de apoio necessários para a sua formação” Conde (2015, p. 35).

O caso é que a existência delas em sala comum ainda é algo novo para muitos profissionais, porém é um direito que possuem, para as autoras Silva e Silva (2019, p.188):

Esse atendimento serve para favorecê-lo de forma segura o acesso ao conhecimento, e a pessoa indicada para esse acompanhamento deveria ser o próprio intérprete, pois esse auxílio tem que ser feito em contra turno e não pode ser substituído pelo reforço, porque essa ajuda serve somente para ampliar a percepção desse aluno especial no caso do surdo para aprimorar seu aprendizado em LIBRAS.

Por fim, essa é uma proposta que deve ser acatada, onde cada instituição que possuem alunos com surdez matriculados precisa haver esse atendimento por um profissional qualificado, melhor ainda que fosse o próprio intérprete que o acompanha em sala de aula para ser o que transmite tais conhecimentos, como os sinais e até mesmo explicar sobre a variação linguística e o regionalismo, pois assim conscientizará o mesmo de sempre ampliar seu vocabulário para não ter prejuízo nas traduções quando estiver participando de eventos ou seminários em outras regiões (SILVA e SILVA, 2019).

## 5 LIBRAS NO ENSINO REGULAR

A constituição brasileira defende a dignidade e cidadania com o foco do bem-estar das pessoas em primeiro lugar, sendo contra o preconceito e qualquer discriminação.

De acordo com ela, a educação é para todos e cada pessoa tem direito ao desenvolvimento pessoal e qualificação profissional, dessa forma a escola tem a responsabilidade de oferecer um ensino com qualidade para todos sem exceção, independentemente de suas necessidades. Segundo o autor Silveira (2013, p. 15) " muitas leis são criadas pelo governo, mas várias não são aplicadas de forma correta na prática. Muitas vezes tem uma falta enorme de pessoas capacitados para exercerem as leis".

Hoje dentro das escolas muitos professores por não serem capacitados para atender as especificidades dos alunos surdos, passam a ignorá-lo, porém algumas escolas já possui um intérprete de Libras para fazer intermédio entre ele e o professor, onde o mesmo auxilia esse educando, porém o docente também precisa saber o básico dessa língua de sinais para assim não deixar toda a responsabilidade para o intérprete, pois ele está ali somente para interpretar o que está sendo explicado em sala de aula, mas infelizmente essa função é confundida como ajudador, ele está ali somente para mediar professor/aluno (TELES, VERÁS, ARAÚJO, 2019).

Assim, para haver inserção deles na escola a base voltado para o diálogo é importante, por isso, a necessidade do professor ter conhecimento amplo para atender a todos, seja os que têm algum dificuldade ou não.

Para Barbosa apud Culau et. al (2015, p. 11).

Inserir o aluno da educação infantil nesse contexto, é preparar o indivíduo para inseri-lo na concepção e compreensão de mundo emergente na sociedade ao mesmo tempo em que ele possa participar agindo nas mudanças e transformações dessa mesma sociedade.

Assim, ensinar Libras na escola regular exige um profissional fluente na língua brasileira de sinais para que todas as atividades desenvolvidas sejam feitas em sinais, sendo assim torna-se relevante o uso dessa língua que é fundamental para o desenvolvimento das crianças surdas, como a necessidade de profissionais capacitados para atender em classes regulares (PALMA, 2012). Na verdade " observa-se que há a uma precária qualidade no processo de inclusão desses alunos, pois se o lema incluir um, então que condições adequadas sejam oferecidas para todos" Teles, Verás e Araújo, (2019 p. 5).

Nota-se que a exclusão dessas pessoas vão além da sua limitação, portanto faz-se necessário a quebra do modelo excludente, dando espaço a inclusão em sentido amplo abrangendo a todos, sejam eles, surdos e ouvintes para estabelecer uma inclusão verdadeira (MENDONÇA, CARVALHO e DOMINGUES, 2018).

Segundo Sanches (2016, p. 14) " A utilização da LIBRAS é um caminho necessário para uma efetiva mudança nas escolas e também no que diz respeito ao atendimento dos alunos", ou seja, esse o ensino dessa língua é necessária no ambiente escolar.

Nesse contexto, a inclusão é fundamental, a escola precisa preparar gerações para conviver com as diferenças para haver respeito a todos sem exceção, pois sabe-se que o sistema educacional tem enfrentado grandes dificuldades no que se refere a garantir uma aprendizagem eficaz a todos com igualdade, por isso, na sociedade atual ainda há resistência para o ensino e o uso da língua brasileira de sinais nas escolas, local esse onde ela precisava ser mais usada e ensinada, porque além dessa necessidade é o segundo idioma oficial do Brasil.

Castro (2013, p. 21) defende que:

O desconhecimento da realidade dos surdos pelos gestores públicos faz surgir situações que isolam socialmente o surdo. De acordo com a política do governo federal, elas não devem ser segregadas nas escolas especiais e precisam estudar desde cedo em unidades comuns, com um intérprete que traduza todas as aulas para a língua brasileira de sinais (LIBRAS) e o contra turno preenchido por atividades específicas para surdos.

A inclusão ainda é um grande desafio e esta situação ainda deve ser enfrentado pelas escolas regulares e proporcionar avanços na educação básica, no entanto, para que isso aconteça e esses alunos tenham acesso à educação de forma digna é imprescindível que as instituições de ensino aperfeiçoem as práticas docentes para acolher as diferenças, para Mota (2010, p. 16) " o sistema regular de ensino em geral tem se mostrado incapaz de lidar com o número cada vez maior de novos alunos que devido a problemas sociais, culturais, psicológicos e/ou de aprendizagem fracassam na escola", infelizmente essa é uma realidade presente no cotidiano de diversos educandos.

Mesmo assim, a criança com surdez tem garantia e direito de frequentar escola regular, é dessa maneira que elas têm um aprendizado estimulador e a convivência com outros crianças vai permitir a elas estabelecer relações de amizade, porém a escola tem a responsabilidade de oferecer ao profissional de sala de aula recursos ou materiais para que estes alunos se desenvolvam junto com os demais ao mesmo tempo. O autor Santos

(2018, p. 7) ressalta que os profissionais que atuam com esse público precisam sempre buscar interação “com os alunos surdos e ouvintes trabalhando sempre em equipe e se comprometendo em criar estratégias de ações envolvidas com a educação inclusiva”.

Para fortalecer ainda mais essa afirmação o decreto nº 5.626/05 declara que as pessoas surdas têm autorização ao acesso e informações por meio da Libras, essa comunidade também tem direito a uma educação bilíngue e a profissionais como o intérprete da língua de sinais em sala de aula regular (BRASIL).

Contudo, a formação dos professores é um aspecto que deve ser levado em consideração em relação ao processo de inclusão dos surdos, ou seja, " o processo de inclusão requer práticas educativas que apontam para a qualidade das relações estabelecidas no espaço escolar, o domínio e o uso da língua de sinais pelos professores e intérpretes é condição necessária" Mendes, Figueiredo e Ribeiro (2015, p. 40).

Porque a inclusão não pode acontecer em ambientes onde pessoas se sentem isoladas ou discriminadas. Na perspectiva de incluir e na lei o ensino regular é a melhor forma de garantir o envolvimento de alunos ouvintes ou surdos e quebrar qualquer ato ou ação preconceituosa, dessa maneira, entende-se que todo meio de interação possa ser benéfico para o desenvolvimento em aspecto social cognitivo e afetivo de todos em modo geral.

Santos (2019, p. 22) afirma:

Com a implementação das diretrizes curriculares nacionais (2001), é apontada uma nova postura para escola regular, relativamente ao que se refere ao projeto político pedagógico, currículo metodologia de ensino, avaliação e atitude dos educadores e educandos, nas ações que favorecem a inclusão educacional e social.

Ou seja, o PPP da escola precisa inserir novas metodologias para melhorar o atendimento, como (MIRANDA, 2010) diz, em 2006 foi aprovada pela ONU a convenção dos direitos das pessoas com necessidades especiais, a mesma determina que o estado deve promover educação inclusiva para todos, para qualquer nível de ensino e em ambientes que oportunizem o máximo desenvolvimento a essas pessoas, assim, essas pessoas podem ser incluídas no ensino comum de qualidade e com igualdade.

De acordo com o mesmo autor, Miranda (2010, p. 12).

É muito importante reconhecer a diversidade e fazer com que o educando seja atendido em sua necessidade, sem preconceitos pela sua diferença física ou mental. Buscar atender a diversidade e oportunizar a todos os educandos o

direito de ser diferente, de agir diferente, de aprender diferente e de dar respostas diferentes.

Para tanto, uma das principais causas que dificultam o desenvolvimento e até mesmo um bom funcionamento dessas instituições inclusivas, é a enorme quantidade de alunos em uma única sala, o ideal seria que as turmas tivessem menos alunos, tendo em vista que isso facilitaria o ensino aprendizagem com ajuda do profissional intérprete de Libras, bem como a falta de materiais didáticos e profissionais qualificados na área também são fatores que contribuem para que a inclusão desses indivíduos não ocorra de forma efetiva, mesmo com todas essas dificuldades o espaço para um atendimento adequado tem começado a melhorar em visto do que foi no passado (OLIVEIRA, 2012).

## **6 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Para (CHAVES, CINTRA e SALMAZIO, 2013) a formação docente tem sido umas das temáticas mais pesquisadas no meio educacional, o docente é o que ensina e transmite conhecimentos, por isso, estavam em uma posição privilegiada em relação aos alunos, o que de certa forma gera uma hierarquia entre eles, o aluno ouvia e aprendia, e só o professor falava e ensinava, eles eram apenas os executores de tarefas, assim era o ensino tradicional, mas quando esses educandos passam a ter vez e voz, passa a ser parte de um todo dentro do contexto escolar.

Assim também para os autores Corte e Lemke (2015, p.7):

Os processos de formação dos professores buscam obter um profissional autônomo, agente de mudanças e capaz de refletir sua prática. Atualmente, espera-se ainda que esse profissional seja capaz de se adaptar às mais variadas condições de trabalho e que esteja em constante investigação e análise reflexiva do seu fazer pedagógico.

O papel do professor é de grande relevância pois o crescimento social das crianças, depende muito de como acontece a relação professor e aluno dentro da sala de aula, uma das características do bom docente de educação infantil é a constante busca em aprender sobre o desenvolvimento de seus alunos, e assim criar possibilidades que favoreçam a aprendizagem deles, "Uma formação para a docência com crianças pequenas exigem conexão entre formação inicial e continuada mostrando que é fundamental colocar a ação-reflexão em prática para que as transformações ocorram" Binotto (2016, p. 35).

Assim, as aulas com educandos da educação infantil precisam ser chamativas uma vez que para despertar interesse em crianças muito pequenas, eles precisam ser dinâmicas

e promoverem a aprendizagem através de atividades que envolvam interação delas umas com as outras, onde possam aprender juntas e desenvolver habilidades da infância de uma forma bem lúdica.

De acordo com os autores Linhares e Macedo, (2017, p. 7) ressaltam que:

Não existe educação sem um educador que estude, se aperfeiçoe. Nesse sentido, o planejamento da formação continuada deve configurar-se mais que uma realidade, uma prática, em especial para o professor de educação infantil que necessita abarcar múltiplos conhecimentos.

A proposta da inclusão e uma escola igual para todos pensando na inserção de forma completa, dessa forma implicam-se mudanças no processo educacional que atinge não somente as pessoas com limitações, mas todos que estão incluídos nesse sistema de ensino.

Para que essa inclusão aconteça é necessário o rompimento de toda a base organizacional, recombina os planos e assim assumir uma educação direcionada a cidadania global, pois “é necessário que se tenha uma formação contínua, enfatizando a importância do papel do professor na construção do conhecimento e na formação de atitudes e valores do cidadão, ele é a referência do aluno” Almeida (2014, p. 43).

Nesse sentido, a escola precisa de profissionais com capacidade para atender, tanto no Atendimento Educacional Especializado – AEE, quanto em sala regular, com docentes em formação inicial e continuada e que tenham conhecimentos voltados a educação de surdos.

De acordo com Souza, Silva e Buiatti (2015, p. 3);

A inclusão das pessoas com surdez na escola comum enfrenta muitos desafios e grande parte deles relaciona-se às condições de comunicação, interação entre seus pares e o conhecimento dos professores, sua capacitação para o trabalho com esta população. É preciso situar a análise da formação de docentes para a educação de pessoas surdas com a sua constituição histórica, social e psicológica.

Com isso, a formação continuada para professores é fundamental para que aconteça o processo de inclusão para todos de forma igual, pois promove reflexões, diálogos e conscientização crítica em relação as atitudes presentes na prática desse profissional.

A graduação para docente é garantida por lei nos cursos de pedagogia não é suficiente para atender ao aluno surdo, e assim não garante ao profissional a fluência

necessária para se comunicar com a criança surda, pois a carga horária da disciplina de Libras sempre é entre quarenta ou sessenta horas (ALMEIDA, 2014).

Para Bozzo apud Culau, Lira e Sponchiado (2015, p.5) “os profissionais precisam estar em constante formação, pois o educador não é uma pessoa que transmite apenas conhecimentos, mas é aquele que cria situações para que a criança possa aprender”. A forma de tratamento do aluno surdo por parte do professor é muito importante para inclusão desses indivíduos, visto que o surdo deve se sentir parte do espaço que ele está inserido, e não como algo que está atrapalhando a rotina do docente, ou seja, a atuação desse profissional é fundamental para que o sujeito não se sinta excluído (PEREIRA, 2016).

Embora, as políticas públicas estejam implantadas para serem cumpridas, os professores que lidam com alunos que têm surdez ainda possuem dificuldades para trabalhar a inclusão e a permanência desses indivíduos em sala de aula, pois nessa fase inicial não há tradutores intérprete de Libras, isso dificulta o ensino para esse público, porque as metodologias que devem ser aplicadas a eles devem ser diferenciadas dos ouvintes, por serem mais visuais. (MENESÊS, 2016) diz que dessa forma o maior obstáculo para a inclusão dos surdos nas salas regulares, é a falta de profissionais com bases metodológicas para saberem lidar com as dificuldades dessas pessoas.

A formação de professores é necessária, pois com ela sendo sempre aplicada pelas instituições onde eles lecionam irá melhorar o ensino, pois leva em consideração a aprendizagem no cotidiano de cada indivíduo, preocupando-se como o aluno vai desenvolver seu intelecto e interação com seus pares. O professor precisa estar de fato envolvido nesse processo criando situações e preparando o ambiente para que a aquisição do todo seja efetiva, pois " não basta estudar e se acomodar apenas na língua, mas esse é fator essencial na formação do professor e na organização do modelo escolar ou perspectiva educacional para que o surdo não fique alienado, nem isolado" Schubert (2016, p. 25).

Ao pensar no contexto bilíngue é relevante que haja formação de professores direcionada a língua de sinais, ao processo de ensino aprendizagem e o espaço escolar para que as práticas bilíngues possam ocorrer de fato.

Ferreira (2016, p. 49) defende que:

O conhecimento da LIBRAS pelo professor contribuirá sobremaneira para que a educação bilíngue aconteça. Além disso, é importante que essa língua seja



utilizada por toda a comunidade da escola e presente em todas as situações escolares.

A formação docente para trabalhar com surdos é um tema que a sociedade atual vem discutindo bastante, visto que há uma busca constante por esses profissionais com o intuito de atender a demanda estabelecida pelas atuais políticas. Com isso, essa política da educação bilíngue visa preparar os indivíduos para que não chegue no ensino fundamental sem conhecer sua própria língua natural.

Machado e Lopes (2016, p.7) asseguram que:

Como medida para garantir a formação de profissionais capacitados para atender os surdos o decreto 5626/2005 garante o uso da LIBRAS na educação de surdo desde a educação infantil até a superior, o ensino da língua portuguesa como segunda língua, o tradutor e o intérprete de libras língua- portuguesa, o professor bilíngue e o instrutor de LIBRAS.

O docente bilíngue dispõe-se de um papel de extrema relevância sendo mediador no processo de construção do conhecimento dos surdos na instituição escolar, contudo, a formação destes ainda é um pouco deficitária em nosso país, entretanto, sabe-se da necessidade de profissionais qualificados para se comunicar e ensinar os sujeitos de forma plena. Assim, na interação direta é importante que aconteça na língua de sinais, sem que alguém faça o intermédio, desse modo será possível criar um elo através da comunicação e interação entre docente bilíngue e o discente surdo (FINGER, 2014).

## **7 ESCOLA BILÍNGUE PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS NAS SÉRIES INICIAIS**

A educação bilíngue para surdos simboliza mudança na forma de idealizar a surdez, modificando os padrões de aprendizagem com o uso da Libras como primeira língua (L1), e a língua portuguesa como (L2) na modalidade escrita. No Brasil esse método de ensino ainda é pouco desenvolvido nos ambientes escolares, mas existem alguns países como Dinamarca e Suécia que eles são alfabetizados e têm domínio da língua de sinais, leitura e escrita desde as séries iniciais (BOTELHO Apud SOUZA 2010).

Segundo Botelho apud Souza (2010, p. 6) "a proposta bilíngue depende de mudanças de perspectivas das políticas públicas sobre os surdos e surdez, a prática do bimodalismo como sinônimo de bilinguismo, inviabiliza a efetivação dessa proposta", ou seja, faz-se necessário o reconhecimento prático e convicto da língua brasileira de sinais

para que assim os surdos brasileiros participem da sociedade em que vivem com total independência.

Lima (2015, p.44) diz que:

Negar uma educação bilíngue ao aluno surdo é o mesmo que negar seu direito constitucional de igualdade, educação e cidadania. Exigir que todo e qualquer aluno surdo frequente uma escola monolíngue é oprimir, colonizando o sujeito surdo de modo que ele aceite a cultura ouvinte como única e insubstituível.

O ensino bilíngue concede ao aluno surdo uma possibilidade de inclusão, com uma língua visual que acolhe suas especificidades, ele deixa de ser diferente aos aspectos e limitações provocadas pela ausência de uma língua compartilhada (MOURA e VIEIRA 2011).

Para que exista uma educação bilíngue direcionada a comunidade surda é fundamental que se repare alguns aspectos como interação pela língua de sinais, envolvimento familiar, políticas públicas competentes e docentes qualificados para atuar nessa área. A existência dessa forma de ensino faz com que se minimize a distância entre docentes e discentes, fazendo então que os mesmos tenham noção das dificuldades de cada um, esse processo pode sintetizar a prática de exclusão (SOUZA, 2010).

Para Possidente (2014, p.43);

Dessa forma, a educação bilíngue não se reduz ao âmbito escolar, ou sala de aula, mas se amplia a toda comunidade de forma que o sujeito surdo não fique exposto a duas línguas na escola, mas participe da cultura que permeia cada língua.

O aluno surdo precisa ter o ensino de sua língua por um profissional fluente em Libras, pois a sua aquisição é que dará significado aos objetos e meios que o rodeiam, assim como ter contato com outros surdos, esse convívio com seus pares é de suma importância na construção da sua identidade. Trabalhar dentro da visão bilíngue estar muito além de apenas proporcionar o acesso a duas línguas, mas assegurar que as culturas se encontram presentes e sejam valorizadas para que os discentes se tornem cidadãos participantes da sociedade em que vivem (KLEIN, 2011).

Santos (2013, p. 9) "vale ressaltar que a escola é uma das primeiras oportunidades que a criança tem para aprender a conviver com outras crianças, além de ser um espaço de construção de sua identidade, fora do ambiente familiar", todavia, essa escola não é disponibilizada para todos e todas como estabelece as legislações e infelizmente muitas

destas surdas ainda desconhecem esse espaço e outras quando vão à escola, a mesma não promove o respeito à diversidade e suas diferenças.

Em algumas vezes isso acontece pelo despreparo dos profissionais que trabalham com eles e acabam somente os passando de ano trazendo prejuízo para esse grupo de pessoas ao longo da vida, "a realidade é que existe um grande abismo entre a teoria, os direitos educacionais estabelecidos pelas políticas públicas e o que realmente tem acontecido nas escolas" Carvalho (2015, p.11).

Estudos revelam que a proposta bilíngue tem sido a mais adequada para o ensino da criança surda, visto que a aprendizagem acontece de forma natural e conseqüentemente com rapidez, promovendo o acesso a língua que propicia a comunicação completa, desse modo a de sinais proporciona ao desenvolvimento dessa criança em diversos aspectos, social, cognitivo e emocional (CASTRO, 2013).

Então Quadros apud Arantes e Pires (2012, p. 11) defendem que:

Na educação de surdos o bilinguismo representa não só a aprendizagem da língua de sinais como L1 mas representa questões políticas, sociais e culturais, portanto a escola inclusiva deve garantir que todo o conteúdo curricular seja ensinado na língua de sinais.

Portanto, é de extrema relevância a construção de escolas bilíngues direcionadas a educação de surdos, pois sabe-se que é essencial para o desenvolvimento dos mesmos, assim eles podem se comunicar com seus familiares, amigos e com aqueles que se identificam com a comunidade surda, porque as escolas bilíngues proporcionam o respeito e igualdade as pessoas surdas valorizando sua cultura e sua maneira de aprender (MOURA, FREIRE e FÉLIX, 2017).

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que esse artigo buscou enfatizar a importância da libras para educação infantil e a formação dos professores das séries iniciais, trazendo uma reflexão sobre a atuação do docente em sala regular. Sabe-se que os surdos são amparados pela lei que assegura os seus direitos de ter uma educação de qualidade, mas, a realidade é bem diferente, ainda existem profissionais despreparados, sem formação adequada para atender esse público e com isso os surdos ficam excluídos dentro da própria sala de aula e sem conseguir acompanhar os conteúdos ministrados e até mesmo sem se comunicar com os colegas de forma adequada.

Os professores precisam de formação continuada para trabalhar com os surdos, pois em muitas instituições de nível superior tem a disciplina de LIBRAS, porém a carga horária é muito pequena e não se aprende o suficiente para ensinar alguém, ou seja, só se aprende o básico e com isso o professor vai para a sala de aula sem ter conhecimento suficiente para atender os alunos surdos e os mesmos acabam se sentindo abandonados.

Dessa forma, fica evidente que a inclusão não acontece de forma satisfatória, e o que falta é facilitar o ensino/aprendizagem dos surdos através da língua de sinais dando a oportunidade de crescimento e respeitando seus direitos. As instituições precisam rever suas práticas em relação a aprendizagem dos surdos e quanto ao processo de inclusão dessas pessoas, pois incluir não é só aceitar o indivíduo na sala de aula, mas criar situações e preparar o ambiente para que o mesmo consiga se desenvolver cognitivamente.

Portanto, torna-se relevante a aquisição da língua brasileira de sinais ainda na educação infantil tendo em vista que quanto mais cedo ela tiver contato com a sua língua natural, mais facilidade terá em aprender a língua portuguesa, levando em consideração que muitas crianças têm acesso tardio a língua de sinais, as vezes por não terem o apoio familiar ou por não existir uma parceria entre a instituição escolar e os membros da família, a criança deixa de ir à escola, com isso, acaba retardando a sua aprendizagem, nesse contexto a família também tem papel fundamental na vida das crianças, elas precisam de estímulo para desenvolver o cognitivo e até mesmo o emocional.

Esse estudo foi de extrema relevância e irá contribuir muito para outras pessoas que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre essa temática, mostramos várias colocações de autores que falam sobre a aprendizagem dos surdos e o processo de inclusão no sistema educacional.

Contudo, ainda há evidências da exclusão, e apesar do sistema educacional não seguir executar o que diz a lei, é confortável perceber que com o passar dos anos, os surdos vêm lutando em busca de seus direitos e dessa forma tem sido visto na sociedade, e assim precisa continuar sendo valorizado e conquistando seu espaço no meio social.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA; E, D; A Formação do professor e a Inclusão do aluno surdo na educação infantil. São Paulo, 2014.

ALMEIDA; A, O; FONSECA; M, C.V: LIBRAS: A inclusão de surdos na escola regular, volta redonda, 2019.

ANDRADE, Sofia de Andrade e. O Design de serviços como ferramenta para o estudo de contextos de ensino e aprendizagem do aluno surdo: uma observação do curso de letras - LIBRAS da UFRN. Natal. 2017.

ARANTES, A, C, F, F, S; PIRES, E, M. A importância da formação de professor bilíngue na educação do surdo. Alagoas 2012.

BENCHIMOL. L. A. Bilinguismo, Educação e escolas bilíngues. Rio de Janeiro. 2011.

BINOTTO; G, S. A Formação continuada e a prática docente na educação infantil. Rio Grande do sul, 2016.

BRASIL, 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

BRASIL, 5.626 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

CASTRO, R. P. C. Inclusão de crianças surdas no ensino infantil da rede pública. Fortaleza. 2013.

CARVALHO, J. C. B. Considerações sobre a aquisição da LIBRAS e do português escrito por um surdo em um contexto bilíngue. Recife. 2015.

CHAVES; A, M. Q; CINTRA, R C.G; SALMAZIO; L, G M: Formação do Professor da Educação Infantil: Infância, Criança e ludicidade, Curitiba. 2013.

CONDE, P. S; Práticas pedagógicas desenvolvidas no atendimento educacional a criança público alvo da educação especial em uma instituição de Educação infantil. Vitória. 2015.

CORTE; A, D; LEMKE; C, K; O estágio supervisionado e sua importância para a formação docente frente aos novos desafios de ensinar. Maranhão. 2015.

CULAU, J. C; LIRA, D; ESPONCHIADO, D, A. M. Inclusão na educação infantil: um estudo a partir da legislação e da escola. Rio Grande do Sul. 2015.

FERREIRA, F, M, R. Formação Docente: Concepções sobre o contexto bilíngue de ensino para surdos. Minas Gerais. 2016

FINGER, I, V. M. Proposta de questionário de histórico de linguagem e auto avaliação de proficiência para professores ouvintes bilíngues libras/língua portuguesa. Londrina. 2014.

FRANZOL, Elenara Borges Silveira. Interações da criança surda em escola comum: Interações da criança surda em escola comum. 2016. 99 f. Tese (doutorado) – Curso de Educação - Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul. 2016.

HOEXTER, Flávia, Queiroz: Educação bilíngue na educação infantil. São Paulo. 2017.

JUNQUEIRA, Anna Souza Lima. Bilinguismo Na Educação Infantil: implicações para o desenvolvimento sociocultural em escola internacional. Rio de Janeiro. 2016.

JUSTUS, Ferreira Luísa Bischof. Língua brasileira de sinais - libras, língua natural do sujeito surdo. Santa Cruz. 2016.

KATALAI, PATRÍCIA. As principais metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil. Paraná, 2012.

KLEIN, A, F. Uma proposta bilíngue na educação infantil: Libras – Português. Horizontina. 2011.

LIMA, A, V. A Importância da sala de atendimento educacional especializado - AEE. Paraíba. 2016.

LIMA, M, A, S. Educação Bilíngue, Identidades e Culturas Surdas: Em busca de um norte em cruzeiro do sul. Manaus – AM. 2015.

LIMA, M, E, P; SANTOS, U, S. AEE para surdos: O legal e o real. João Pessoa/PB. 2014

LINHARES. F, R; MACEDO, S, M. F. O pedagogo- professor na educação infantil: desafios na relação teoria e prática do cuidar e educar. Rio Grande do Norte. 2017.

MACHADO, L, M, C; LOPES, M, C. A constituição de uma educação bilíngue e a formação dos professores de surdo. Espírito Santo. 2016.

MENDES, A. Q. S; FIGUEIREDO, F; RIBEIRO, A, C. A inclusão de alunos surdos na escola regular; aspectos linguísticos e pedagógicos. Bahia. 2015.

MENDONÇA, L, M; CARVALHO, T. W; DOMINGUES, L, S. A importância da LIBRAS como componente curricular na educação básica. Goiás. 2018.

MENESÊS, H, N. A Formação dos professores que atuam com alunos surdos no ensino regular no município de Marabá- Pará Brasil. Lisboa. 2016.

MIRANDA, M. A. M. A inclusão de alunos surdos em classe comum do ensino regular. Minas Gerais, 2010.

MOURA, A. A; FREIRE, E, L; FELIX, N, M. Escolas bilíngues para surdos in brasil: uma luta a ser conquistada. Ceará. 2017.

MOURA, D, R; VIEIRA, C, R. A Atual proposta bilíngue para educação de surdos em prol de uma educação inclusiva. São Paulo. 2011.

MOTA, L. L. Adequações curriculares para a escolarização de alunos com surdez em escola comum do ensino regular. Um estudo de caso. Minas Gerais. 2010.

NUNES, A, P, P; NEGOCIO, P, A, F. A importância e o atendimento educacional especializado (AEE) e do auxiliar na educação de crianças com deficiência. Rio Grande do Norte. 2015.

NUNES JOSE, R. S. LIBRAS. Um projeto para o ensino fundamental de nove anos. Itaituba. 2018.

OLIVEIRA, F, B. Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de libras. Mandaguari. 2012.

PAES, Marcela Polatto. Educação infantil e ensino bilíngue: Reflexões acerca desta proposta no contexto da sociedade capitalista. Curitiba. 2013.

PALMA, N, O. LIBRAS: Instrumento de inclusão escolar do aluno surdo. São Joaquim. 2012.

PEREIRA, Guilherme Wilisngton Tavares. A libras no contexto educacional dos professores das escolas municipais do bairro Codó novo na cidade de Codó - MA. 2016. 19 f. Tese (Doutorado) – Curso de letras, Universidade Federal do Maranhão. Codó – MA. 2016.

POSSIDENTE, M, A, C. A criança surda na educação infantil e a produção de cultura no processo de inclusão": o que muda ou cala"? Campinas. 2014.

ROSA, D, G. Educação e Surdez - Em defesa da língua de sinais para a inclusão social dos surdos. Rio de Janeiro. 2013

SANCHES, S, M, L. Um histórico de evolução da língua brasileira de sinais e sua importância na educação de surdos. Curitiba. 2016.

SANTOS, E, P. O processo de inclusão do aluno surdo no ensino regular: estudo de caso. Lisboa. 2019.

SANTOS, S. S. O bilinguismo como proposta inclusiva para surdos no processo inicial da escolarização. Fortaleza. 2013.

SANTOS, V, S. A importância do ensino de LIBRAS - língua brasileira de sinais no contexto escolar. Bahia. 2018.

SCHUBERT, SILVANA. E. M. A formação inicial e continuada de professores de surdos: educação bilíngue e educação inclusiva, como estão as produções sobre esse tema? Rio de Janeiro. 2016.

SILVA, A. L. Ensino de língua portuguesa para surdos: das abordagens teóricas a prática pedagógica, Paraíba, 2013.

SILVA, R. M. G; SILVA, D. M. A. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): direitos e desafios na educação dos surdos e na formação de professores. Araguatins. 2019.

SILVEIRA, J. N. Inclusão de alunos surdos no ensino regular. Medianeira. 2013.

SOUZA, A, C, S. Educação bilíngue para surdos: perspectivas e construções, Minas Gerais. 2010.

SOUZA, V, A; SILVA, F, O; BUIATTI, V, P. Formação De Professores para a Educação de Alunos Surdos. Uberaba-MG. 2015.

SOUSA, Viviane: A importância do papel do intérprete de LIBRAS no processo de aprendizagem do aluno surdo em sala de aula na escolas de ensino comum. São Paulo. 2015.

SOUZA, R. A; GALVARRO, R. B. S. O surdo e o atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncionais: Análise comparativa entre o posto e o feito. Aquidauana. 2015.

TELES, D. A; VERÁS, F. S. O; ARAÚJO, L. C. O aluno surdo na escola regular: Os desafios da inclusão. Piauí. 2019.